

BOLETIM NACIONAL

OUT/NOV/92 - Nº 66

Cr\$ 3.500,00

O PT e o Governo Itamar

Saiba qual a posição aprovada pelo Diretório Nacional no dia 24 de outubro
Páginas 3, 4 e 5

Absurda Violência

O Partido dos Trabalhadores repudia o massacre praticado na Casa de Detenção em São Paulo
Página 6

Seis meses para decidir

Monarquia ou República?
Parlamentarismo ou Presidencialismo?
Páginas 14 e 15



O brilho da estrela

Nas eleições de 3 de outubro o PT espalhou estrelas por todo o país. Elegemos 46 prefeitos -- incluindo Jorge Viana em Rio Branco -- e vamos para o segundo turno em 7 capitais, com Patrus Ananias, Darci Acorsi, Tarso Genro, Benedita da Silva, Ronaldo Lessa, Chico Lopes e Eduardo Suplicy

Páginas 8 e 9

A PM e os sem-terra

Falar da relação da polícia militar com os trabalhadores Sem-Terra de nosso estado é impossível sem lembrar as desigualdades sociais que atingem tanto o PM quanto o trabalhador alijado da terra.

Os dois, inquestionavelmente, são oriundos do mesmo meio e, portanto, irmãos na desigualdade. Mas falarmos em desigualdades sem lembrar o imortal Jean Jacques Rousseau é um despautério sem limites, pois foi exatamente nas desigualdades que esse inigualável pensador colocou as origens da sociedade, dos governos, da Justiça e da polícia. Seu discurso mostra que toda a evolução social do homem começou quando esse, em seu estado selvagem e, portanto, livre, constituiu uma família, a primeira forma de sociedade conhecida (...)

As desigualdades entre os homens causadas pela propriedade da terra foram multiplicadas na razão direta do rendimento. A riqueza decorrente suscitou, obviamente, a ambição, a concorrência, a rivalidade de interesses, a herança e, por fim, a dominação universal.

Face aos impasses, surge nesse contexto a figura do governo, única e exclusivamente decorrente da perda da liberdade dos direitos naturais, antes anárquicos.

Este governo terá a missão

inarredável de administrar um conflito que perdurará, infelizmente, até o fim da existência do homem e da propriedade sobre a terra, sim, a terra pela qual todos brigam até hoje. (...)

Os magistrados, nos tempos hodiernos, ao administrarem as desigualdades tem que, necessariamente, lembrar o seguinte: **“A desigualdade com um só lucro leva à monarquia; com o lucro de apenas alguns, à aristocracia; e com o lucro da maior parte, à democracia”**.

Portanto, em todos os casos que por ventura vierem a existir, o lançamento de polícia para a administração de desigualdades deve ser **ponderado, comedido** e, antes de qualquer coisa, pensado, pois o combate de pessoas que são irmãos nas desigualdades, geralmente conduz ao estado revolucionário que sempre derrubou os conhecidos déspotas do mundo em todos os tempos.

Sábio é o governante que impede o conflito e administra as desigualdades, evitando o combate entre iguais (...)

A Polícia Militar, como um todo, deve, ao contrário de criticar, aplaudir tais atos. Não devem pensar nossos componentes que estamos do **melhor lado**. Estamos, podem ter certeza, no mesmo barco em que se encontram os Sem-Terra,

pois, a continuar o crescendo das desigualdades, não será surpresa para mim, voltarmos ao tempo dos milicianos do império, que mendigavam esmolas pelas ruas do Rio de Janeiro, nos tempos dos vice-reis.

Rousseau, sem talvez saber, desenhou brilhantemente com seus conceitos o quadro atual do mundo, onde grassam a opressão, os impostos desmesurados, o latifúndio mecanizado, a frivolidade dos costumes, o luxo exacerbado, a pobreza extrema, o povo que não come e, finalmente, o povo que não dorme. (...)

Assim, nós, Polícia Militar, força pública, força do governo, da magistratura, das leis e do povo, temos que, obrigatoriamente, refletir e pensar como pensa o verdadeiro governo democrático situado em um verdadeiro Estado de Direito. Somos o principal avalista das políticas governamentais e, assim, responsáveis diretos pela mediação das desigualdades impostas pelo “status quo”. Somos também irmãos dos desiguais mais pobres, possuindo, porém, o poder de analisar criticamente as situações antes de atuarmos.

Sérgio Itamar Alves

Coronel da PM do Paraná, Comandante do Policiamento de Curitiba

Na contra-mão

Nestes poucos meses de 92, alguns parlamentares do Partido dos Trabalhadores têm se esmerado em cumprir importante papel pela cidadania dos homossexuais. Esta vanguarda do PT, consciente e determinada, tem lutado na contra-mão do preconceito e da homofobia para garantir a esta minoria um espaço de dignidade nesta sociedade sexista e desumana. Pelos homossexuais, o reconhecimento é patente. Graças a deputada Seris Shessarenko (PT/MT), Mário Mamede (PT/CE), Edival Passos e Maria José Rocha (PT/BA), nesses Estados foram aprovadas Moções de Congratulações pelo **Dia Internacional do Orgulho Gay**, nas Assembleias Legislativas. Este dia de luta -- tão importante quanto o dia 8 de março (Dia da Mulher) ou 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) -- foi lembrado com respeito e homenageado com dignidade. A mão estendida pelo PT, não de piedade ou de oportunismo, mas de companheirismo, permanece nas ações e atos de vários dos seus quadros.

Um exemplo, neste momento eleitoral em que reacioariamente se esquece dos oprimidos, é o do deputado estadual de Sergipe, Ismael Silva, que concorre à prefeitura de Aracaju. Fugindo a regra, este deputado, no melhor estilo petista, dedicou especial atenção aos 10% do eleitorado aracajuano, que são os cidadãos homossexuais.

Demonstrando total sintonia com as palavras de Lula na 1ª Conferência do Partido dos Trabalhadores: “Defenderemos o direito que os homossexuais merecem, convocando-os ao empenho maior

de construção de uma nova sociedade”, o deputado Ismael garante aos homossexuais que, na sua gestão, não só o poético -- “toda maneira de amor vale a pena” -- como também ações cotidianas de combate à discriminação, serão prioritárias.

É preciso se mostrar sensível aos aspectos culturais, que atropelam, pelo obscurantismo e ignorância, os direitos de expressão e aparência dos homossexuais. Do ponto de vista político, é fundamental que se garanta a este segmento social o direito de reverenciar a sua data de luta “28 de Junho -- **Dia Internacional do Orgulho Gay**”. As organizações desta natureza, como o Dialogay, devem ser acolhidas, em detrimento de opiniões preconceituosas, como “entidades de utilidade pública”. Elas possibilitam o teste rotineiro às instituições, arguem a democracia na medida em que se dedicam exclusivamente a garantir os Direitos Humanos.

Ao responder um questionário sobre o direito dos homossexuais, entregue pelo Dialogay, Ismael Silva nos dá mais um digno exemplo de consciência política e humanitária: “Que os companheiros e companheiras homossexuais se organizem, cada vez mais, para levantarem bem alto o combate à discriminação do todo e qualquer tipo e, juntos, conquistarmos a cidadania de nosso povo. Que a trincheira da luta pela igualdade de oportunidades e liberdade, no sentido pleno da palavra, seja a nossa maior referência no objetivo da vida”.

Huides Cunha

Vice Presidente do Grupo Gay da Bahia

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores

Rua Conselheiro Nébias, 1052

CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 35.000,00

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____

BOLETIM NACIONAL

Outubro/92 - Nº 66

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904
ou 222.2956/2875/6986

Secretário de Comunicação

João Machado

Secretário Adjunto

Markus Sokol

Jornalista Responsável

Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores

Valter Pomar

Editoração Eletrônica

William Aguiar

Fotolito e impressão

Artes Gráficas Guarú Ltda.

O PT na oposição

O PARTIDO DOS TRABALHADORES, O IMPEACHMENT DE COLLOR DE MELLO E O GOVERNO ITAMAR FRANCO

A destituição de Collor e a posse de Itamar conferem ao PT novas responsabilidades. O Partido dos Trabalhadores permaneceu na oposição e não participará, direta ou indiretamente, do governo. Esta foi a posição aprovada pelo Diretório Nacional, reunido no dia 24 de outubro. O documento, que publicamos na íntegra, inclui uma relação de pontos que o PT defenderá no Congresso e na sociedade.*

*Este documento poderá sofrer, ainda, retificações solicitadas pelos membros do Diretório Nacional, aos quais foi remetido em forma de minuta.

Há alguns meses -- desde maio pelo menos -- o País viveu uma profunda crise política resultante das denúncias sobre corrupção contra o presidente Collor, sua família e seus colaboradores.

Essa crise política teve como pano de fundo uma crise econômica com graves consequências sociais. A recessão, combinada com a inflação persistente, golpeou o poder aquisitivo das classes trabalhadoras e dos setores médios da população afetando duramente o emprego.

É nesse quadro complexo que milhões de brasileiros se mobilizaram pela derrubada constitucional do presidente. Tal como ocorreu no passado, a luta popular conquistou a ampla maioria de corações e mentes de milhões de brasileiros movidos pela vontade de mudar o País.

A autorização da Câmara dos Deputados para que o Senado julgue Collor de Mello por crimes de responsabilidade abriu o caminho para que, a curto prazo, seja votado o impeachment do presidente da República. Com o afastamento deste, assumiu o vice, Itamar Franco, conforme dispõe a Constituição.

A crise política que culminou com a destituição constitucional do presidente passará à história como um dos momentos mais importantes de nossa vida republicana.

O impeachment foi resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito e do Congresso Nacional, mas, sobretudo, da grande mobilização social que se desenvolveu nacionalmente, comparável, ou mesmo superior, àquela das Diretas-já, em 1984. Milhões de trabalhadores, profissionais, empresários e, sobretudo, estudantes invadiram as ruas do País exigindo a punição exemplar dos integrantes da quadrilha que se apossou do Governo Federal, desviando recursos públicos para fins privados, organizando o tráfi-

co de influências e montando a mais colossal máquina de corrupção de que se tem conhecimento.

Mais do que um movimento pela ética e moralização da vida política -- por si só já extremamente importante -- a reação da cidadania aponta para um fenômeno de extremo significado: renasce a esperança e a capacidade de luta da sociedade, quando já pareciam esgotadas as energias de brasileiras e brasileiros depois das múltiplas frustrações dos anos 80.

Essa importância histórica, contudo, não deve obscurecer o fato de que as grandes mobilizações pró-impeachment foram atos que atraíram, sobretudo, contingentes das camadas médias da sociedade, onde os estudantes cumpriram um papel destacado. Parcelas amplas dos trabalhadores -- ainda que solidários com a luta -- mantiveram-se distantes, em uma postura de expectativa. Saliente-se, neste particular, um fato digno de análise, a imensa dificuldade das entidades sindicais e populares de mobilização política.

A mobilização pelo impeachment colocou na ordem do dia a questão-chave da gestão pública do Estado. O que está em jogo é se o Brasil saberá ou não organizar-se em forma republicana. Esta substância do movimento social e político em curso confere ao momento a carga de um raro significado histórico.

A mobilização social se desenvolveu em meio a uma crise econômica aguda e prolongada que degrada os salários, provoca um desemprego sem precedentes, aumenta os já enormes bolsões de miséria e ameaça a própria sobrevivência da indústria e da economia nacional.

Ainda que estes fatores econômicos e sociais não tenham sido a causa imediata da reação popular contra o governo, é inegável que as questões relacionadas com a política

econômica e com a crise social ocupem um lugar central na preocupação da imensa maioria daqueles que se mobilizaram contra Collor, exigindo sua saída.

O papel desempenhado pelo PT

O Partido dos Trabalhadores participou ativamente na luta pela destituição constitucional de Collor.

Do PT partiu a iniciativa de propor a criação da CPI. Seus parlamentares, junto com os outros partidos, tiveram um papel importante nas investigações que culminaram no relatório Amir Lando, peça essencial para o impeachment.

O PT, finalmente, contribuiu para a formação de uma ampla frente, no parlamento e fora dele, que permitiu a criação de condições políticas para a substituição de Collor.

Todas essas iniciativas se deram em meio a inúmeras dificuldades.

Não faltaram acusações, imputando ao Partido intenções "desestabilizadoras", quando não "golpistas", ou insensatos propósitos de realizar um "terceiro turno", resultantes do "ressentimento" frente a uma supostamente mal-assimilada derrota nas eleições de 89.

Por outra parte, não foram poucos os que estranharam que nossa direção aparecesse ao lado de dirigentes de partidos que temos combatido, inclusive por crimes de corrupção. Durante todos estes meses de crise o PT comportou-se, no entanto, de forma determinada e, ao mesmo tempo, serena. Decidido em levar as investigações às últimas consequências, o Partido tratou de ampliar a base da luta pela destituição de Collor, sem o que sabia ser impossível chegar a esse objetivo.

A disposição de unidade não foi até aqui incompatível com a independência programática. Não inibirá tampouco a ação que o Partido deve desenvolver nesta nova etapa que se

abre da vida política nacional.

Os resultados eleitorais do primeiro turno das eleições municipais confirmam que a imagem do Partido dos Trabalhadores não se confundiu com a de outros partidos nem se diluiu nas ações frentistas que empreendemos.

O que está em jogo

A destituição de Collor e subsequente posse de Itamar são o resultado de iniciativas políticas na sociedade e no parlamento que conferem ao PT novas responsabilidades. O Partido está chamado a desempenhar um papel importante na nova conjuntura que se abriu no País. Mesmo nossos adversários e inimigos são obrigados a reconhecer essa realidade.

Por essa razão, seria incompatível se o Partido dos Trabalhadores considerasse que, destituído Collor e empossado Itamar, seu trabalho estaria encerrado.

O afastamento de Collor é, em si, uma derrota do neo-liberalismo. O movimento popular, fortalecido no processo, poderá frear o avanço neo-liberal. Nesse sentido, ganha importância a definição de uma plataforma de reivindicações imediatas, políticas, econômicas, sociais e institucionais e a articulação da defesa, na revisão constitucional, das conquistas da Constituição de 1988.

O Governo Itamar nasceu muito mais fraco que o seu antecessor, distante da legitimidade dos famosos 35 milhões de votos. Não podemos vacilar. Temos de trabalhar agora, pressionar desde já. Governo mais fraco, mas de projeto político não tão diferente, o Governo Itamar, que antes do impeachment se declarou neo-liberal, constituiu seu núcleo de poder com a aliança PFL-PMDB, ficando a coordenação da política econômica sob controle do PFL.

Itamar vem aplicando a mesma política econômica de seus antecessores, apesar das

P R O G R A M A M Í N I M O

pressões para alterar a política recessiva; reclama da miséria social, mas mantém a política que gera essa miséria.

Nas lutas, nas ruas, no Congresso, na oposição, o PT, portanto, não participa direta ou indiretamente do governo.

Esse programa não se confunde com o programa que o Partido tem defendido até agora, nem com aquele que irá apresentar para a campanha eleitoral de 1994.

O PT não indica nem indicou qualquer de seus filiados e aderentes para participar do Governo Itamar. Nossa posição, também, não se subordina à avaliação ou ao ritmo da discussão com outras forças políticas, na sociedade, do programa de mudanças emergenciais que venhamos a encaminhar ao Governo.

Esse debate ocorre simultaneamente com a nossas lutas no Parlamento e nos movimentos sociais em defesa dos trabalhadores, os quais devemos estimular, incentivar e mobilizar para suas reivindicações e conquistas frente ao Governo.

O PT declara-se de oposição e, portanto, não participará direta ou indiretamente do Governo, e apresenta à Nação (Congresso, Governo e Sociedade) um programa mínimo para o país sair da crise.

O Programa Alternativo de Governo (PAG) para 94 é hoje tema de estudo e reflexão na direção nacional e no Governo Paralelo, mas, sobretudo, é objeto de interlocução do Partido com os mais variados setores da sociedade que serão sua base de sustentação.

Um elemento central desse PAG será a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento capaz de tirar o País da situação de colapso em que se encontra e propiciar a retomada do crescimento econômico nos marcos de uma ampla distribuição de renda que assegure a eliminação da pobreza. Esse projeto supõe redefinir nossa inserção na ordem econômica e política internacional em construção, e, ao mesmo tempo, influir sobre ela. Supõe, igualmente, uma redefinição do papel do Estado na economia e precisões sobre as forças sociais que serão chamadas a impulsionar essa renovação econômica, política e social.

O projeto representa uma clara oposição às orientações de tipo neoliberal aplicadas em vários países da América Latina e que se pretende estender para o Brasil. Rechaça, assim, o sucateamento de nossa indústria, o programa de privatizações que abriga corrupção, afeta setores es-

tratégicos e utiliza "moedas podres", a abertura indiscriminada para a economia internacional e o tipo de negociação levado a cabo sobre a dívida externa.

Esse projeto privilegiará um plano de enfrentamento das graves distorções sociais existentes no País, dando prioridade para as questões de educação, saúde, habitação e transporte.

Frente à constituição do Governo Itamar, o PT alinha os seguintes pontos para um programa para esta etapa de transição, dispondo-se a apoiar no Parlamento e na sociedade todas as medidas que apontem para:

I - Levantar as investigações sobre corrupção às últimas consequências:

1) Abertura de CPIs e prosseguimento das investigações parlamentares, policiais e judiciárias para o pleno esclarecimento do esquema PP, VASP, NEC e outras. Punição exemplar para a corrupção ativa e passiva.

2) Acolher as medidas anticorrupção propostas no relatório da CPI PC Farias.

3) Reforma dos Códigos Penal e Processual Penal e da Lei das Execuções Criminais no sentido de tornar mais duras, efetivas e rápidas as penalidades contra os corruptos, sonegadores de impostos, responsáveis por remessas ilegais de divisas para o Exterior e todos os criminosos de "colarinho branco" até agora impunes neste País. Restrições ao sigilo bancário que impeçam o acobertamento da corrupção.

4) Tratamento diferenciado para pessoas que colaborarem na investigação de crimes de corrupção.

II - Reformas Políticas Urgentes

1) Reforma eleitoral que permita a correção imediata das graves distorções existentes na representação dos Estados, responsável pela super-representação do norte-centro-oeste e pela sub-representação de Estados mais populosos. É preciso resgatar para a Câmara de Deputados o princípio de "cada cidadão um voto".

2) Lei de financiamento dos partidos e medidas legais

de controle do abuso de poder econômico nas eleições.

3) Primeiras medidas de democratização dos meios de comunicação, com concessões de canais de rádio e TV para universidades, sindicatos e entidades da sociedade civil e com a abertura de horários para estas mesmas entidades nas emissoras atualmente existentes. Orientar a Bancada Federal do PT para debater com outros partidos a necessidade de suspender temporariamente todas as renovações de canais de radiodifusão que se anunciam para as próximas semanas, a fim de que o Congresso, os partidos e as centrais sindicais organizem, previamente, uma ampla discussão democrática nacional sobre o significado social, cultural e político dessas concessões. Garantir desde já a concessão de canais de rádio e televisão às Prefeituras das Capitais e das grandes cidades.

4) Auditoria geral sobre a situação dos fundos sociais (FGTS, FINSOCIAL, PIS-PASEP, etc) a partir de comissões mistas do Executivo, Legislativo, sindicatos e empresários, como condição prévia de redirecionamento radical dos recursos originários dos trabalhadores exclusivamente para a área social.

III - Medidas Econômicas e Sociais de Emergência

O Partido deverá apresentar nos próximos dias um documento específico contendo uma avaliação da conjuntura econômica nacional e um conjunto de medidas para fazer frente à situação de emergência com a qual estamos confrontados.

Esse documento parte de algumas premissas e contém alguns pontos programáticos fundamentais que estão a seguir resumidamente alinhados.

Premissas

As premissas essenciais são:

1) A política ortodoxa recessiva é incapaz de solucionar os impasses estruturais da economia, acarretando sacrifícios inúteis e injustamente distribuídos.

2) Não deve haver choque na economia.

3) É necessário negociar com a sociedade civil um projeto de curto, médio e longo prazos para o País. Nessa negociação o papel dos traba-

lhadores é central.

4) É preciso, desde já, defender o emprego, proteger e recuperar os salários e começar a criar condições para a retomada do desenvolvimento, reduzindo gradualmente a inflação a partir de seu controle social.

5) É necessário reformar o Estado e essa reforma significa não só a alteração de suas condições técnico-administrativas de funcionamento, mas, sobretudo, desprivatizá-lo e democratizá-lo.

6) É necessário implementar imediatamente um amplo programa de combate à fome e redução do custo de vida através de medidas eficazes que impulsionem a produção alimentar e de abastecimento.

Pontos Programáticos

São os seguintes os pontos programáticos fundamentais:

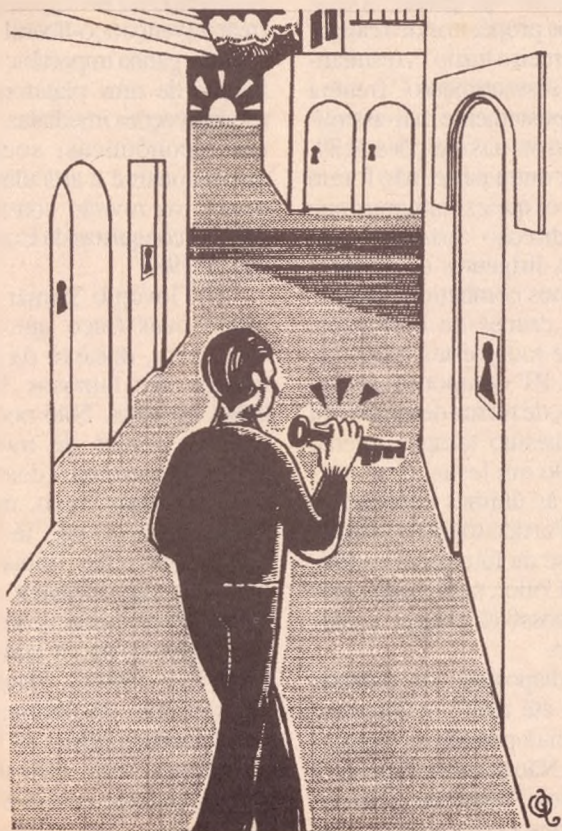
1) Política antinflacionária, através do controle social da inflação, com negociação de preço nas Câmaras Setoriais, rejeitando tanto o intervencionismo através de "pacotes", como a retirada do Estado preconizada pelos neoliberais.

Cabe ao Estado utilizar, em forma alternada e pragmática, a abertura externa e medidas protecionistas para, respectivamente, estimular o crescimento e o emprego, ou forçar a queda dos preços naqueles setores da economia nacional altamente oligopolizados.

2) Nova política de juros e medidas de penalização ao capital financeiro que permitam a retomada dos investimentos nas grandes, pequenas e médias empresas.

3) Reforma fiscal emergencial que permita ao Estado rever a proposta orçamentária para 93 na perspectiva de iniciar um plano imediato de combate à miséria, com a retomada dos investimentos sociais, especialmente nas áreas de educação, saúde, habitação e transporte. O PT opõe-se à criação de um imposto sobre transações financeiras tal como vem sendo anunciado por técnicos do atual governo.

Nossa proposta de reforma fiscal se assenta nos seguintes pontos:



O D E B A T E N O D N

a) valorização dos impostos diretos e progressividade tributária;

b) combate à sonegação, que assumiu proporções gigantescas. Para tanto é de fundamental importância o reequipamento da Receita Federal e a quebra do sigilo bancário;

c) ênfase nos impostos sobre o patrimônio, como o territorial rural e o imposto sobre as grandes fortunas.

4) Revisão do acordo sobre a dívida externa de modo a fazê-lo compatível com a necessidade urgente de um programa de combate à inflação e à recessão, sem prejuízo da definição ulterior de uma estratégia de longo prazo de tratamento do problema.

5) Suspensão e revisão do programa de privatizações. Redefinir o papel do Estado na economia a partir das exigências mais gerais de formulação de uma política industrial e do controle democrático das estatais.

É fundamental eliminar os mecanismos de corrupção que presidiram boa parte das privatizações, como a subvalorização, o uso de "moedas podres" etc e de outros procedimentos espúrios.

6) Desmonte da máquina fisiológica ligada aos programas sociais e elaboração de um programa de emergência que contemple áreas como saúde, educação, transportes, habitação e saneamento, descentralizando ao máximo a aplicação de recursos, com a instituição de canais de controle pela sociedade.

7) A partir das propostas macroeconômicas anteriores, conter imediatamente a erosão dos salários e iniciar um plano sistemático de reposição das perdas salariais do Governo Collor, que estará vinculado ao crescimento da economia, sem o que os aumentos serão puramente nominais, vindo a ser devorados pela inflação. É de fundamental importância garantir mecanismos de indexação permanente do salário mínimo.

8) Combate ao desemprego, combinando:

. investimentos públicos em áreas capazes de absorver grandes contingentes de mão de obra;

. redução da jornada de tra-

balho;

. programas de capacitação e recapacitação da força de trabalho;

. programas de estímulo à criação de novos postos nas pequenas e médias empresas permitindo prioritariamente a absorção dos listados no Fundo de Amparo ao Trabalhador;

. extensão, a todos os desempregados, de um conjunto de medidas de proteção que atenuem sua situação atual.

Para que essas e outras medidas possam vir a materializar-se, é de fundamental importância que se realize a reivindicação anteriormente mencionada de controle dos Fundos pelos trabalhadores.

9) A defesa efetiva dos salários e do emprego supõe adoção e generalização dos Contratos Coletivos de Trabalho.

10) Política de segurança alimentar que intensifique o estímulo à produção de alimentos, recupere a estrutura pública de armazenagem e crie maiores facilidades de distribuição, que atinjam a população de baixa renda, para viabilizar o combate à fome e a redução do custo de vida da população.

11) Programas de incentivos fiscais, creditícios e de toda natureza permitindo o desenvolvimento, com regularização, das atividades hoje situadas na esfera da chamada "economia informal".

Definição de uma política agrícola que estimule a produção e o abastecimento interno e a formação de estoques reguladores.

12) Resolução imediata das situações de conflito mais agudo no campo, através do assentamento das populações em áreas de litígio (ocupadas ou em confronto aberto) e da abertura de negociações, com a participação dos sindicatos rurais e dos sem terra, que permitam começar a enfrentar os problemas de um projeto de reforma agrária.

13) Convocação da comunidade universitária e científica para a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e para a adoção de medidas urgentes que permitam à pesquisa retomar seu ritmo e aos pesquisadores reiniciar suas atividades.

A reunião do Diretório Nacional do PT de 24/10 foi uma das mais polêmicas realizadas nos últimos tempos no partido. Discutiu fundamentalmente a situação política criada com o afastamento de Collor e a posição do PT diante do governo Itamar Franco, a partir de um documento aprovado anteriormente pela Comissão Executiva Nacional.

Este tema pode ser desdobrado em 4 pontos: a) avaliação do processo político que levou à votação da admissibilidade do **impeachment** de Collor; b) caracterização do governo Itamar; c) posição do PT diante do governo Itamar; d) um programa de reivindicações imediatas (chamado de programa mínimo, ou de programa para a transição).

Com relação aos pontos a e d havia um acordo bastante amplo. Nestas questões o texto da Executiva foi aprovado com pequenas emendas, em geral consensuais. Mas com relação a b e c as opiniões dos membros do DN se dividiram praticamente meio a meio, em torno da defesa da manutenção no fundamental do texto da CEN, ou de propostas de alterações significativas (entre os que defendiam alterações significativas o deputado federal Eduardo Jorge propôs uma linha bastante distinta das outras, sem a definição já do PT como oposição a Itamar).

O próprio texto-base foi aprovado com uma maioria de poucos votos; houve uma emenda que concluiu mencionando a possibilidade de que se tornasse necessária a defesa da antecipação das eleições presidenciais que foi rejeitada por apenas um voto; e foi aprovada por um voto (25 a 24) uma emenda proposta inicialmente pelo deputado federal Vladimir Palmeira que suprimia partes importantes do texto-base e introduzia uma caracterização distinta do governo Itamar.

Dentre as passagens do texto aprovado na Executiva que foram suprimidas estavam as seguintes:

"O fato de haver sido companheiro de chapa de Collor e as complexas circunstâncias

em que chega à presidência do país não conferem a Itamar Franco a legitimidade necessária para encabeçar um grande projeto de reconstrução econômica e política.

Por seu caráter de transição caberá ao novo governo fundamentalmente assegurar condições de funcionamento econômico e político do país, de forma a transferir a presidência àquele que venha a ser escolhido nas eleições gerais de 1994, já consumadas as definições sobre parlamentarismo ou presidencialismo e outras matérias de revisão constitucional(...)

O PT considera que lhe compete, assim como a todas as demais forças democráticas do país, dar ao governo Itamar condições constitucionais e legais para que cumpra as tarefas pertinentes a este período de transição. Isso não significa adotar uma posição de passividade conservadora diante dos grandes desafios frente aos quais o Brasil está confrontado. É necessário, no entanto, que estejam garantidas posições de estabilidade que permitam ao governo cumprir o que é próprio do período de transição e que está, cada vez mais, sendo exigido pela sociedade, em especial pelos trabalhadores.

Para que haja a governabilidade de que tanto se fala, não se pode ficar no nível dos acordos superestruturados de partidos, grupos ou pessoas.

A nova situação não implica, muito pelo contrário, no fim dos conflitos sociais, menos ainda que os partidos, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil renunciarão desenvolver ações conforme a seus programas(...)

O Partido dos Trabalhadores não reivindica nem pretende participar do governo Itamar Franco.

Subirá a rampa do planalto quando seus candidatos forem escolhidos pelo voto popular, o que espera que ocorra em 1994.

Permanecendo na oposição, o PT não se omite frente ao novo governo. Oferece a ele, aos partidos políticos e, sobretudo, à sociedade, um programa que considera expressar o nível de consciência e de acúmulo de forças expressa-

dos nas jornadas destas semanas e que aponta para o início da resolução dos mais graves problemas que o país enfrenta."

Dentre as passagens incorporadas estão:

"O afastamento de Collor é, em si, uma derrota do neoliberalismo. O movimento popular, fortalecido no processo, poderá frear o avanço neoliberal. Nesse sentido, ganha importância a definição de uma plataforma de reivindicações imediatas, políticas, econômicas, sociais e institucionais e a articulação da defesa, na revisão constitucional, das conquistas da Constituição de 1988.

*O governo Itamar nasce muito mais fraco que o seu antecessor, distante da legitimidade dos famosos 35 milhões de votos. Não podemos vacilar. Temos de trabalhar agora, pressionar desde já. Governo mais fraco, mas de projeto político não tão diferente, o governo Itamar, que antes do **impeachment** se declarou neoliberal, constituiu seu núcleo de poder com a aliança PFL-PMDB, ficando a coordenação da política e econômica sob controle do PFL.*

Itamar vem aplicando a mesma política econômica de seus antecessores, apesar das pressões para alterar a política recessiva; reclama da miséria social, mas mantém a política que gera essa miséria.

Nas lutas, nas ruas, no Congresso, na oposição, o PT, portanto, não participa direta ou indiretamente do governo.

Além disso, foram aprovadas com uma maioria ampla e acrescentadas as seguintes passagens:

Este debate ocorre simultaneamente com as nossas lutas no Parlamento e nos movimentos sociais em defesa dos trabalhadores, os quais devemos estimular, incentivar e mobilizar para suas reivindicações e conquistas frente ao governo.

O PT declara-se de oposição e, portanto, não participará direta ou indiretamente do governo, e apresenta à nação (Congresso, Governo e Sociedade) um programa mínimo para o país sair da crise."

João Machado
Membro da CEN e do DN

Absurda violência

Nos últimos dias, o Brasil conseguiu dar ao mundo duas grandes lições. Uma, mais louvável, de dignidade e democracia, e outra, infeliz, de absurda violência.

A primeira, quando a nação conseguiu afastar, por corrupção, o mais alto funcionário da República, o presidente Fernando Collor de Mello, quase apagou a velha imagem de pouca seriedade de nosso povo, de nossos políticos. Lamentavelmente, o segundo exemplo, de culto à brutalidade, quando autoridades responsáveis pela segurança pública praticaram uma chacina na Casa de Detenção de São Paulo, certamente indignou os que tem algum sentimento humanitário. Igualmente trágico neste episódio foi o endosso de grande parte da população ao desatino da PM. A CEN do PT divulgou a seguinte nota de repúdio exigindo a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis.



O MASSACRE NA CASA DE DETENÇÃO

A sociedade brasileira encontra-se estarecida diante do massacre de mais de uma centena de detentos (de acordo com os dados disponíveis até o momento) no interior da Casa de Detenção em São Paulo, na última sexta-feira.

Uma rebelião desencadeada como decorrência de uma briga de presos foi reprimida a sangue e a fogo pela Polícia Militar, numa operação que, até o momento, não foi devidamente esclarecida para a opinião pública. O que houve na Casa de Detenção já se configura como a maior tragédia da história penitenciária do país.

Um país que acaba de dar um exemplo de civilidade e extraordinário exercício da cidadania, depondo um presidente da República sem disparar um único tiro ou esboçar qualquer gesto de violência, não pode tolerar semelhante horror.

A defesa dos mais elementares direitos humanos, as conquistas da cidadania e a observância do direito a vida dos detentos sob custódia do Poder Público, exigem a imediata

exoneração do senhor secretário de Segurança Pública, doutor Pedro Franco, e do comandante da PM, coronel Ubiratan, de modo a abrir caminho para o inquérito que deve apurar as responsabilidades e punir os culpados com o rigor que a sociedade brasileira requer.

Não basta a realização de um inquérito e a punição dos responsáveis. A sociedade exige mais: a reestruturação dos mecanismos de repressão do Estado (COE, GAS etc) e a mudança das próprias concepções que presidem hoje as relações entre o Estado e os seus presidiários.

O Partido dos Trabalhadores soma-se a população brasileira no seu assombro diante da violência criminosa do Estado e na indignação frente a esta operação genocida e exige que a resposta ao fato corresponda ao tamanho da sua gravidade.

São Paulo, 5 de outubro de 1992.

Comissão Executiva Nacional e
Bancada Federal do
Partido dos Trabalhadores

A MORTE DE ULYSSES GUIMARÃES E SEVERO GOMES

É com profundo pesar que tomamos conhecimento do acidente aéreo que vitimou, em circunstâncias tão trágicas, o deputado Ulysses Guimarães, o ex-ministro Severo Gomes, respectivas esposas e o piloto.

Ulysses Guimarães foi sempre um ativo combatente pelo restabelecimento das liberdades democráticas no nosso País. Desempenhou papel fundamental na luta pela anistia, pela reforma partidária, pelas diretas e pela Constituinte. Sua perda, no momento em que o Brasil dá passos significativos para a consolidação da democracia, consterna a todos os cidadãos.

A atuação decidida de Ulysses Guimarães na recente batalha pelo impeachment de Collor e sua defesa da autonomia e da independência do Congresso perante os demais poderes demonstram o quanto esse democrata vai fazer falta ao País.

Severo Gomes foi sempre um defensor das causas progressistas, patrióticas e nacionais, principalmente nos momentos em que a liberdade e os interesses do Brasil mais estiveram ameaçados por um regime discricionário e pela voracidade das multinacionais.

A estas demonstrações de respeito pelas figuras públicas tão tragicamente desaparecidas, nos juntamos à dor e ao pesar dos familiares, dos amigos e de tantos outros admiradores.

São Paulo, 13 de outubro de 1992

Comissão Executiva Nacional

Os degraus da Comunicação

A Comunicação dentro do Partido continua incipiente. A cada período eleitoral é preciso reconstruir os degraus da Comunicação demolidos pelo esquecimento. A Coordenadora da área de Comunicação do GTE 92, Mariangela Haswani, alerta: "os problemas de comunicação do Partido poderão triplicar-se em 94 caso tenhamos que partir novamente do zero".

Das cinco coordenações que compuseram o GTE -- Grupo de Trabalho Eleições 92 -- já é possível avaliar parcialmente os resultados da coordenação de Comunicação. Não obstante os esforços para a divulgação de propostas e produtos, muitos de nossos companheiros, em todo o Brasil, sequer ouviram falar da existência do GTE. Daí, estou certa, vale perguntar: por que as pessoas não ficam sabendo o que se passa no Partido? Militantes, filiados mais distantes, simpatizantes e a população em geral, todos procuram notícias e muito pouco conseguem.

A Comunicação no PT continua incipiente. Embora publicações como **Boletim Nacional** e **Linha Direta** consigam minimizar a falta de informações, esses veículos são insuficientes para suportar a velocidade e o volume necessários em período eleitoral.

Pensando nisso, criou-se o "GTE Corujinha", boletim diário com notícias sumárias, emitido via STM 400

da Embratel e recebido via fax nos diretórios regionais, municipais e, ainda, nas instituições afins ao trabalho do Partido. No início, em junho, eram apenas 17 receptores. No início deste mês ultrapassamos os 150, garantindo que as novidades políticas ou operacionais cheguem à ponta do PT. De outubro até o final de novembro o Corujinha passa a circular duas vezes por semana (terças e sextas, à noite).

Para simpatizantes e a população, introduziu-se o Corujão, um fax-release enviado para veículos eletrônicos e impressos de todo o Brasil, ultrapassando os duzentos, entre emissoras de rádio, TV, jornais e revistas de grande abrangência.

Outra proposta, cujos resultados, com vistas a 94, são excelentes, foi a de unificar a imagem do Partido nos locais onde concorria com horários gratuitos de TV e/ou rádio. O GTE produziu fitas de apoio, contendo vinhetas, depoimentos, reportagens do Modo Petista de Governar e depoimentos de artistas e políticos, inclusive Lula. Nas capitais, esse material foi pouco ou nada utilizado. Mas, nos municípios do interior, as peças de apoio representaram um salto na qualidade técnica dos programas, além de colocar, em grotões nunca visitados, a imagem ou a voz de Lula, nossa personalidade mais conhecida em todo o país. No interior de alguns Estados, companheiros relataram o desespero de adversários que não compreendiam de que modo o PT, tão pobre no município, conseguira captar imagens com tanta qualidade e diversidade.

E agora Comunicação?

De modo geral, dá para afirmar sem constrangimentos que os resultados da Comunicação no 1º turno são positivos. Bom saldo.

Ao mesmo tempo, entretanto, cabe uma reflexão que há muito tempo temos visto e ouvido pelos corredores e plenárias do Partido, sem que jamais a discussão tenha realmente tomado corpo: afinal, o que fazer com mais esta experiência? Que tal acabar com tudo para começar do zero em 1994?

À primeira vista, soa como absurdo. No entanto, é o que temos vivido, desde 82, invariavelmente.

Tem ocorrido algo semelhante a um edifício em construção, cujo instrumento chave é a escada, aumentada em alguns degraus a cada novo andar levantado. O PT é o edifício; a Comunicação, a escada. Só que o prédio hoje é alto, cresce e solidifica novas etapas de organização, de atuação política e eleitoral. Mas a Comunicação, a nossa escada, sempre que se encerra uma nova eleição tem um degrau jogado fora. Resultado: no próximo ano eleitoral, começamos do zero. O degrau que necessitamos é alto, muito alto. Mas nossa escada permanece mínima, insignificante para tanta construção. Nossa Comunicação é muito pequena para tanto Partido!

A eleição de 89 foi um laboratório do diabo para a área de Comunicação. Mas, com esforço e garra, havia, no final, um Centro de Criação e Propaganda, uma Assessoria de Imprensa bastante completa, inclusive com serviços de clipping, rádio e TV escuta, além de mailling atualizados diariamente. Sempre dava para localizar a fonte necessária.

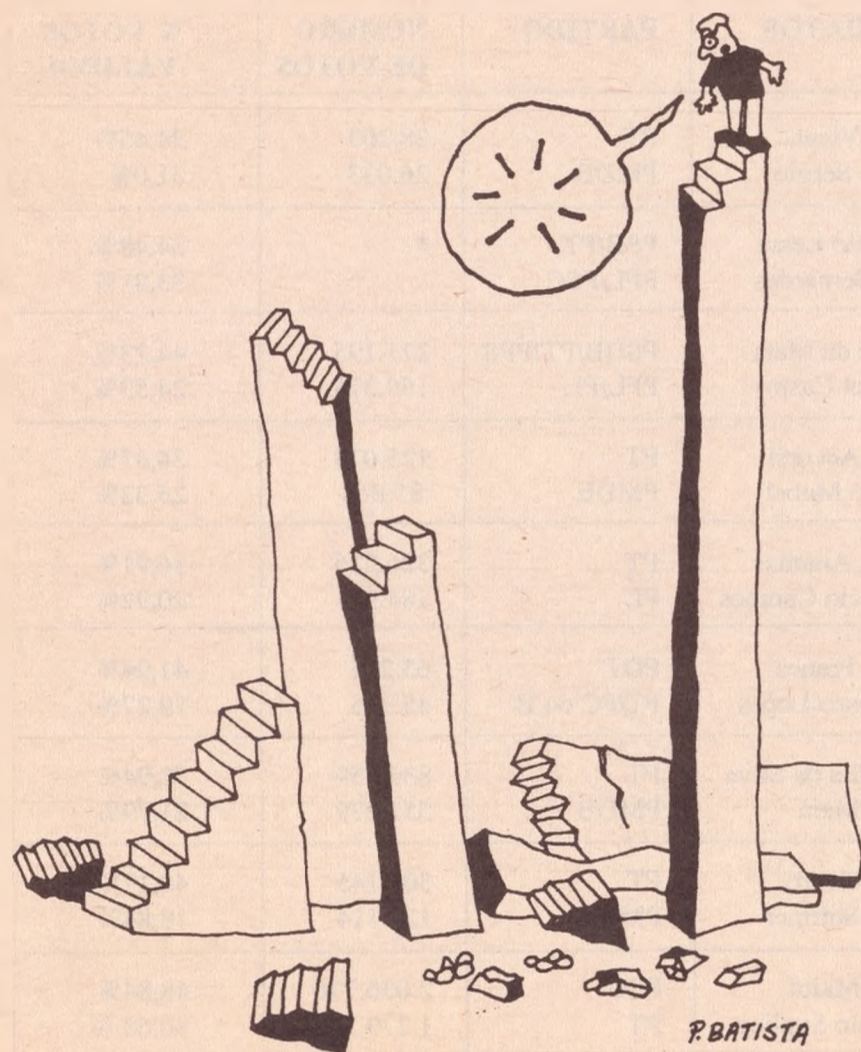
Daquilo tudo, nada restou. Não temos escuta, o clipping é contratado e a Assessoria de Imprensa resume-se à jornalista que assessora Lula. O Centro de Propaganda foi desativado em janeiro de 90 para, quatro meses depois, os candidatos contratarem agências para produzir suas campanhas.

Este ano, tudo começou novamente do zero. E, é óbvio, com pouco dinheiro, pouca gente e um país com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, pouco se consegue sem acumular de vezes anteriores. É hora de acordar. Em 94 teremos a eleger governadores, deputados, senadores e (se for aprovado o presidencialismo) o presidente da República.

Ainda temos um ano inteiro pela frente. Ano de plebiscito.

Dá até desânimo imaginar que, se os assuntos de Comunicação continuarem no mesmo diapasão em que caminharam até hoje, chegaremos à eleição presidencial com nossa escada quase a zero. Teremos, uma vez mais, que fazer muito malabarismo para chegar a construir mais andares sem os tão necessários degraus da escada. A escada da Comunicação.

(MH)



O partido ganha estrelas

Pretendemos, nesta edição do BN, dar um panorama da campanha eleitoral de 1992, com os principais números e fazendo, quando possível, uma comparação com os resultados de eleições anteriores. Entretanto, é preciso lembrar, uma avaliação precisa dos resultados só poderá ser feita a partir do segundo turno, quando disputaremos em 7 capitais -- em seis delas liderando a coligação e com o vice prefeito em Maceió (veja o quadro abaixo).

Para fazer um balanço dos resultados do primeiro turno conversamos com o coordenador nacional do GTE -- Grupo de Trabalho Eleições 92 -- Francisco da Silva Rocha.

POLÍTICA DE ALIANÇAS. Rocha afirma que o GTE cumpriu seu papel oferecendo ao Partido informações e condições mínimas para trabalhar a campanha. Lembrou que o PT conseguiu acompanhar a política de alianças e as resoluções do 1º Congresso. Observamos de perto os processos e pudemos, pelo menos, identificar os problemas. Em Vitória, por exemplo, o Partido não conseguiu permanecer unido depois da escolha do candidato a prefeito. Esse mesmo trauma na escolha do candidato se repetiu em outros municípios administrados pelo PT. Em Natal não conseguimos resolver a crise e fomos obrigados a disputar sem coligação. Também tivemos problemas nas campanhas de Santo André, São Bernardo e Fortaleza.”

BALANÇO. Do ponto de vista quantitativo, os resultados obtidos no primeiro turno ficaram aquém das expectativas da coordenação nacional, já que o Partido estimava haver chances de vitória em 280 municípios. (leia “curiosidades eleitorais”, nesta página). “O que ocorreu, também, foi um erro de previsão, explica Rocha. É preciso considerar que o resultado nas capitais é muito significativo, tivemos cerca de 6 milhões de votos. E mais, elegemos 46 prefeitos e 71 vice-prefeitos, o que demonstra um grande avanço. Mas o PT ainda tem que aprender a participar de eleições. No Brasil ainda não se vota tendo como referencial o partido político. O referencial é, geralmente, o candidato. Não adianta o PT ter um ótimo candidato para o Partido e não se preocupar com a população que vai votar nele.

CAPITAIS. “Esse desempenho nas capitais demonstra que houve um salto de qualidade muito importante. Quando se tem uma Bené, que ultrapassa o carisma de Brizola, e mais Tarso em

Porto Alegre, Darci Accorsi em Goiânia, Patrus Ananias em Belo Horizonte, contrói-se referenciais para a política em todo o país.

Mas não podemos ficar eufóricos. Perdemos em importantes municípios administrados pelo PT como Santo André, São Bernardo, Jaboticabal e Piracicaba, em São Paulo, Timóteo, em Minas, Amambai, no Estado do Mato Grosso do Sul e Vitória, no Espírito Santo. O PT deve fazer uma profunda reflexão sobre essas derrotas. Acho que o Partido, apesar de ser respeitável, é ainda muito frágil do ponto de vista das disputas eleitorais.”

PROPORCIONAIS. O resultado em relação às candidaturas proporcionais ficou ainda mais distante do que pretendíamos realizar. Elegemos 1148 vereadores -- este número deve aumentar mas talvez não cheguemos aos 1200. “A quebra dos proporcionais, com o grande número de votos nulos e

brancos, não atingiu apenas o PT, mas fomos os grandes prejudicados, principalmente em relação ao voto de legenda. O PT sempre teve grande aceitação em voto de legenda. Desta vez, além da estagnação -- em alguns casos, queda -- do voto nos candidatos, houve também uma diminuição dos votos de legenda. Tenho certeza de que nesta campanha a legenda foi pouco ou mal trabalhada, cabe aos Diretórios avaliar o porquê. Também estou certo de que, onde a legenda foi trabalhada com mais carinho, obtivemos melhores resultados.”

“O MODO PETISTA DE GOVERNAR é tão importante quanto fazer prévia para escolher candidato. As pesquisas mostram que a população aprovou as administrações petistas. Onde nós não conseguimos explicar à população a importância dessas administrações, nós pagamos um preço muito caro, como no ABC.”

A Trajetória da estrela

Em seu primeiro embate eleitoral, em 1982, o Partido dos Trabalhadores obteve 1.458.719 votos, em 1985, quando só aconteceram eleições nas capitais, tivemos 1.421.514 votos, em 1986 chegamos aos 3,3 milhões de votos e em 1988, quando também foram realizadas eleições municipais, obtivemos cerca de 6 milhões de votos. Nessa trajetória a estrela do PT brilhou mais em 88 quando conseguimos saltar de dois prefeitos eleitos em 1985 (Fortaleza e Vila Velha -- Diadema já era administrada pelo PT desde 1982), para 36 prefeitos eleitos em 12 Estados. Embora não possamos esquecer que, entre os que foram expulsos e os que deixaram o partido, chegamos a 92 com 26 prefeituras. Em relação aos proporcionais, em 88 saltamos de 179 para 1006 vereadores.

O DESEMPENHO DO PT NAS CAPITAIS

UF/MUNICÍPIO	CANDIDATOS	PARTIDO	NÚMERO DE VOTOS	% VOTOS VÁLIDOS
AC/Rio Branco 198 mil hab.	1) Jorge Viana 2) Mario Sergio	PT PMDB	28.203 26.033	34,45% 31,0%
AL /Maceió 620.173 hab.	1) Ronaldo Lessa 2) José Bernardes	PSB/PT PFL/PSC	*	34,48% 33,81%
BA/Salvador 2.056.013 hab.	1) Lídice da Mata 2) Manoel Castro	PSDB/PT/PPS PFL/PL	271.195 150.375	44,23% 24,53%
GO /Goiânia 920 mil hab.	1) Darci Accorsi 2) Sandro Mabel	PT PMDB	125.013 85.863	36,87% 25,32%
MG/Belo Horizonte 2.339.039 hab.	1) Patrus Ananias 2) Maurício Campos	PT PL	326.325 184.991	36,91% 20,92%
PB /João Pessoa 496.477 hab.	1) Chico Franca 2) Francisco Lopes	PDT PT/PC do B	65.265 45.345	41,94% 29,27%
RJ/Rio de Janeiro 5.487.346 hab.	1) Benedita da Silva 2) Cesar Maia	PT PMDB	833.559 551.379	32,94% 21,79%
RS/Porto Alegre 1.371.313 hab.	1) Tarso Genro 2) Cesar Shirmer	PT PMDB	307.145 120.114	48,17% 18,84%
SP/São Paulo 9.250.000 hab.	1) Paulo Maluf 2) Eduardo Suplicy	PDS PT	2.036.776 1.279.231	48,84% 30,68%

* Contagem suspensa. Percentual estimado sobre os votos contados

Curiosidades eleitorais

Nas eleições do último dia 3 de outubro o PT venceu, ou participou de coligações vencedoras, em 106 municípios, sendo que em 85 destes, o PT fez parte da chapa majoritária e em 21, somente na proporcional. Estamos no segundo turno em 13 outros municípios, inclusive 7 capitais.

Os Estados elaboraram uma lista com 280 municípios onde o Partido tinha chances de vitória. Destes, vencemos em 35 e vamos para o segundo turno em 10. Os outros 74 municípios em que vencemos, ou fomos para o segundo turno, não constavam da lista de possibilidades.

Dos 85 municípios em que participamos da vitória na chapa majoritária: 61 têm menos de 30 mil habitantes 8 têm entre 30 mil e 50 mil hab. 7 têm entre 50 mil e 100 mil hab. 2 têm entre 150 mil e 200 mil hab.

7 têm mais de 200 mil hab.

Dos 21 municípios em que participamos da vitória somente na proporcional: 20 têm menos de 30 mil habitantes 01 tem entre 50 mil e 100 mil hab.

Dentre os 46 prefeitos petistas temos:

- 5 médicos
- 5 professores
- 5 agricultores/pequeno produtor
- 4 advogados
- 3 agrônomos
- 3 bancários
- 2 engenheiros civis
- 2 dentistas
- 2 trabalhadores rurais
- 1 engenheiro florestal
- 1 autônomo
- 1 metalúrgico
- 1 contador
- 1 jornalista
- 1 agente fazendário

- 1 técnico agrícola
- 1 micro empresário
- 1 comerciante
- 1 padre

(5 ainda não sabemos a profissão)

Dos 39 prefeitos de outros partidos, onde o PT tem o vice prefeito:

- 19 são do PMDB
- 10 são do PDT
- 7 são do PSDB
- 2 são do PSB
- 1 é do PPS

Dos demais 21 prefeitos de outros partidos que o PT ajudou a eleger:

- 8 são do PMDB
- 8 são do PDT
- 1 é do PSDB

(4 não temos informação)

Entre os 71 vice-prefeitos há:

- 9 trabalhadores rurais
- 7 professores

- 5 comerciantes
 - 3 médicos
 - 3 bancários
 - 2 dentistas
 - 2 funcionários públicos
 - 1 advogado
 - 1 administrador/de RH
 - 1 atualmente secretário municipal
 - 1 militar reformado
 - 1 atualmente vereadora
 - 1 economista
 - 1 farmacêutico
 - 1 bioquímico
 - 1 metalúrgico
 - 1 vendedor
 - 1 pescador
 - 1 industriário
- (28 ainda não temos informações).

Dados recolhidos até 23/10

VEREADORES/CAPITAIS		
UF	1988	1992
AC	1	1
AL		
AP	2	
AM		
BA	2	3
CE	2	2
ES	3	3
GO	5	3
MA	1	1
MT	1	
MS		2
MG	9	5
PA	2	2
PB	1	3
PR	3	3
PE	1	3
PI	1	1
RJ	4	6
RN	1	1
RS	9	10
RO	1	1
RR		
SC	1	2
SP	15	11
SE		2
TO		
TOTAIS	65	65

PREFEITOS		VICES		VEREADORES		OBSERVAÇÕES SOBRE VEREADORES	
UF	1988	1992	1988	1992	1988		1992
AC		1			6	6	Dos eleitos em 88, 3 foram expulsos
AL		1		1	6	2	Todos os eleitos em 88 saíram do PT
AP		2			5	3	
AM							
BA	2	2	2	2	28	37	O número de eleitos pode aumentar
CE	1	2	1	3	18	37	
ES	2	1	2	2	56	37	
GO	1		1	1	70	26	Dos 70, só 42 terminaram o mandato no PT
MA		1		1	10	16	
MT		1		1	12	18	Informação a ser confirmada
MS	1				3	8	
MG	7	12	7	14	220	300	Informação a ser confirmada
PA		2		3	37	39	Este número pode aumentar
PB					6	14	
PR	2		2	2	32	47	
PE		2		1	4	20	
PI					3	3	
RJ	1	1		5	18	27	Número de eleitos pode aumentar
RN	1	1	1	1	5	10	Dos eleitos em 88, 2 saíram do PT
RS	4	6	4	9	123	140	O nº de eleitos pode chegar a 160 c/ Lei Jobim
RO		3		3	28	36	Número de eleitos pode aumentar
RR							
SC	1		1	13	45	95	
SP	13	8	14	8	277	216	Resultado parcial (80% dos municípios)
SE							
TO					3	11	Informação a ser confirmada
TOTAIS	36	46		70	1015	1148	

Contribuição de assessores e mandatários de cargos eletivos

A Secretaria de Finanças reproduz aqui alguns artigos da Cartilha de Finanças, onde atualizamos alguns exemplos, para que os prefeitos e vereadores, eleitos recentemente, tomem conhecimento da contribuição devida ao Partido.

Art. 2º - Os assessores (filiados ao PT) das assessorias individuais das administrações e das bancadas, deverão pagar ao PT uma contribuição financeira mensal, conforme tabela abaixo, deliberada pelo Diretório Nacional do PT na reunião de 18 e 19 de março de 1989:

Parag. 1º - No caso de funcionários públicos efetivos de cargos efetivos de carreira, a contribuição será aquela prevista no Art. 1º (contribuição de filiado - 1% sobre o salário).

Parag. 2º - Fica facultada aos Diretórios de qualquer nível a aplicação do Plano de Cargos e Salários, que inclua funcionários de assessorias parlamentares, situação que se sobrepõem ao previsto no caput deste artigo.

CONTRIBUIÇÃO DE ASSESSORES

FAIXA SALÁRIOS	%	REDUTOR
1 até 5 PNS	2%	-
2 de 5 a 10 PNS	5%	0,15
3 de 10 a 15 PNS	10%	0,65
4 de 15 a 20 PNS	15%	1,40
5 de 20 a 25 PNS	20%	2,40
6 acima de 25 PNS	30%	4,90

A contribuição do assessor parlamentar não pode ultrapassar os 20% do seu salário.

Vejam alguns exemplos de cálculo de contribuição de assessores, utilizando o PNS (Piso Nacional de Salários - o salário mínimo) vigente em outubro de 92, ou seja, Cr\$ 522.186,94.

1. Assessor com salário de dois milhões de cruzeiros. Este salário equivale a 3,83 PNS, portanto o assessor é incluído na faixa 1 de contribuição, ou seja, dois por cento de dez milhões, que é igual a 40 mil cruzeiros.

2. Assessor com salário de cinco milhões de cruzeiros. Estes se incluem na faixa 2 de contribuição, ou seja, 9,57 PNS. Calcula-se assim: cinco por cento de cinco milhões (igual a 250 mil cruzeiros), menos 0,15% do PNS (522.186,94 X 0,15 = 78.328,04). Assim, 250 mil (contribuição dos 5%) menos 78.328,04 (redutor) é igual a 171.671,96 (contribuição devida).

Art. 3º - Os detentores de mandato compro-metem-se a entregarem ao partido uma contribuição financeira nas seguintes condições:

a) a contribuição é uma percentagem do total líquido da remuneração mensal recebida em dinheiro pelo exercício do cargo executivo ou parlamentar;

b) essa remuneração mensal, também chamada de vencimentos compõem-se de: - parte fixa menos o Imposto de Renda, pensão alimentícia descontada em folha, Imposto de Renda e descontos previdenciários, se houver;

- parte variável, diárias de sessões extras, ajuda de custo e mais extras de qualquer natureza, quaisquer que sejam suas formas e condições de pagamento;

c) a contribuição deve ser paga pelo mandatário petista sem descontos, a quaisquer títulos;

d) juntamente com a contribuição, o mandatário petista deve entregar cópia xerografada dos respectivos contra-cheques ou de outros documentos, inclusive, se for o caso, comprovante de depósitos diretos em conta-corrente;

e) a entrega da contribuição deve ser feita diretamente à **Secretaria de Finanças** da instância correspondente, mediante comprovante escrito ou por meio de depósito em conta bancária do Partido. Idêntico procedimento cabe aos assessores.

A entrega de quantia a outras instâncias não pode, sob nenhuma hipótese, ser classificada como contribuição obrigatória de que tratam os artigos 2 e 3 e seus parágrafos.

Parag. 1º - A percentagem de contribuição, referida anteriormente, é calculada seguindo-se a Tabela de Cálculo de Contribuições de Detentores de Mandato, com percentagens e respectivos redutores (abaixo), fixando-se o limite máximo de 30% (trinta por cento) do total líquido quando a aplicação da tabela representar percentagens superiores.

Parag. 2º - A fim de facilitar a operacio-

nalidade destas contribuições, todos os eleitos devem autorizar o Partido a informar-se, caso necessário, na própria fonte pagadora, os valores a receber, bem como do desconto em folha ou conta corrente.

Parag. 3º - Este artigo, com seus parágrafos, inclusive tabela, aplica-se também, obrigatoriamente, e sem exceção, aos novos filiados que, no momento da filiação, sejam detentores de mandato eletivo.

CONTRIBUIÇÃO DE DETENTORES DE MANDATO

FAIXA	SALARIO	%	REDUTOR
1 até 10 PNS		10%	-
2 + de 10 até 15 PNS		20%	1,0
3 + de 15 até 20 PNS		30%	2,0
4 + de 20 até 25 PNS		40%	3,5
5 + de 25 PNS		50%	5,5

A contribuição do detentor de mandato não pode exceder a 30% do seu salário líquido.

Vejam alguns exemplos de cálculo, utilizando o PNS.

1º caso: até 10 Salários Mínimos, ou Cr\$ 5.221.869,40 (salário líquido de dois

milhões), ou seja, 3,83 salários mínimos, não tem redutor. A contribuição será de 10% do salário. Isto equivale a 200 mil cruzeiros.

2º caso: acima de 10, até 15 PNS, ou até Cr\$ 7.832.804,10 (salário líquido de sete milhões). A contribuição é de 20%, menos o redutor, que de 1,0 PNS, que resulta em Cr\$ 877.813,06.

Observação importante: para facilitar a operacionalização da contribuição, as Secretarias de Finanças podem solicitar aos detentores de mandatos que assinem duas cartas. Uma dirigida à Câmara de Vereadores ou Prefeitura, à qual o companheiro esteja vinculado, autorizando o Partido a ter acesso à sua folha de pagamento. Outra dirigida ao banco, autorizando o Partido a determinar o débito (desconto) em conta e a transferência para a conta do Partido.

Dessa forma, o Partido terá o cálculo antes da data do pagamento e orientará o banco para o débito que deve ser simultâneo ao crédito na conta do companheiro. Automaticamente, o que for descontado será transferido para a conta do partido.

Helio Arantes

Assessor da Tesouraria

RESUMO DO BALANCETE DE JANEIRO A AGOSTO DE 1992

DESPESAS	1º SEMESTRE	%	4º BIMESTRE	%
1. DESPESAS COM PESSOAL	413415145,38	30,60	191362947,45	21,21
2. MANUTENCAO DA SEDE	164684952,26	12,19	150944960,20	16,73
3. TRANSPORTE	205596803,94	15,22	143054758,32	15,85
4. ALIMENTACAO E HOSPEDAGEM	43573383,02	3,23	23572842,48	2,61
5. MOVEIS E UTENSILIOS	18562642,00	1,37	2390000,00	0,26
6. MATERIAL GRAFICO	16057392,72	1,19	13268678,98	1,47
7. I CONGRESSO DO PT	89789376,58	6,65	0,00	
8. BOLETIM NACIONAL	8391301,00	0,62	5021927,00	0,56
9. PROGRAMA DE RADIO E TV	95741928,00	7,09	0,00	
10. JORNAL BRASIL AGORA	149874000,00	11,09	123670496,00	13,71
11. RAPIDINHA	20000,00	0,00	99415400,00	11,02
12. CHEQUES A RECEBER	0,00	0,00		
13. PAGAMENTOS DE EMPRESTIMOS	30388077,14	2,25	200000,00	0,02
14. AGENDA 92	12000000,00	0,89	0,00	
15. CHEQUES RENEGOCIADOS	0,00	0,00		
16. VALORES NAO RECEBIDOS	10778479,29	0,80	10570057,62	1,17
17. OUTROS	56815463,27	4,21	129938995,40	14,40
TOTAL DAS DESPESAS	1315688944,60	97,39	893411063,45	99,02
RECEITAS				
1. REPASSE DE DIRETORIOS	159709711,86	11,82	28067449,51	3,11
2. REPASSE PARLAMENTARES	798069580,90	59,08	513610150,00	56,92
3. REPASSE GABINETES	11438721,83	0,85	0,00	
4. RECEITAS BANCARIAS	22529662,37	1,67	4247898,73	0,47
5. RESSARCIMENTO DESPESAS	21204654,40	1,57	63396780,00	7,03
6. AGENDA	4495300,00	0,33	0,00	
7. RAPIDINHAS	1023792,00	0,08	81964290,33	9,08
8. EMPRESTIMOS	2050000,00	0,15	0,00	
9. CHEQUES RECEBIDOS	29540977,20	2,19	6342724,29	0,70
10. FUNDO PARTIDARIO	17239628,40	1,28	0,00	
11. RESGATE INVESTIMENTO	39618140,00	2,93	0,00	
12. PUBLICACOES PT	6249100,00	0,46	560000,00	0,06
13. CONGRESSO	3866465,43	0,29	0,00	
14. OUTROS	233866390,66	17,31	204080354,15	22,62
TOTAL	1350902125,85	100,00	902269647,01	100,00

Em sintonia com os trabalhadores

Em sua reunião de 7 a 9 de outubro, em São Paulo, a Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores realizou um balanço de sua participação no movimento popular que conduziu ao afastamento de Fernando Collor de Melo e fez uma primeira avaliação sobre o governo Itamar Franco.

Na Resolução divulgada, a Executiva da CUT aponta o processo de *impeachment* de Collor como uma "vitória histórica da democracia e da moralidade, da sociedade civil e do povo brasileiro" e prossegue afirmando que "a CUT, respaldada pelas resoluções do 4º Concut, teve participação correta e decisiva nesta vitória. Incorporou-se desde cedo no Movimento pela Ética na Política. Respaludou a CPI quando muitos descreditaram dela. Lançou as palavras-de-ordem 'Basta de Corrupção, CPI pra valer, Impeachment para Collor' e com elas saiu às ruas, em sintonia fina com os anseios dos trabalhadores".

A nota diz, entretanto, que a vitória não pode mascarar os pontos débeis da Central, afirmando que "diver-

gências internas dificultaram o desempenho da CUT. O envolvimento das bases e a conexão defesa da ética/combate ao neo-liberalismo deixaram a desejar. A reduzida adesão à Paralisação Cívica de 29 de setembro espelhou estas fragilidades".

Sob o signo da transitoriedade

A Executiva da CUT diz que o governo do vice-presidente Itamar Franco não pode ser equiparado mecanicamente ao de Fernando Collor e que ele reflete o movimento de massas e a nova correlação de forças que o viabilizou. Diz a Resolução que Itamar "assume sob o signo da transitoriedade, pois Collor ainda não foi julgado, e da negociação, inclusive para embasar a vitória do *impeachment* no Senado". Para a CUT, o governo Itamar "não apresenta um programa definido". As primeiras medidas de Itamar são qualificadas como "contraditórias" pois, segundo os dirigentes da CUT, ao mesmo tempo em que o governo mantém no essencial a agenda das reformas neoliberais, acena

com a revisão das privatizações e questiona a "modernidade" collarida. Sobre o novo ministério diz a CUT que ele é "ecclético, de perfil basicamente conservador, mas incluindo nomes como Walter Barelli, com longa folha de serviços prestados ao movimento sindical".

Transparência e participação das bases

Diante desse quadro, a CUT, respeitando um princípio estatutário, manterá sua independência frente ao governo, mas, diz a Resolução, "isto não implica em omissão". A nota explica que a CUT tem propostas para o enfrentamento dos grandes problemas do país e que combate o projeto neo-liberal em nome dessas propostas e se dispõe a apresentá-las ao governo Itamar Franco, com "a transparência, a participação das bases, a lisura e a firmeza que a credenciam como a principal representante dos trabalhadores brasileiros".

Em seus contatos com o governo a CUT defenderá as seguintes prioridades:

1. Reajuste mensal dos salários de

acordo com a inflação e reposição das perdas salariais;

2. Reajuste mensal acrescido de 5% para o salário-mínimo;

3. Garantia no emprego e salário-desemprego;

4. Suspensão das privatizações e revisão dos leilões já efetuados;

5. Assentamento das famílias sem-terra das ocupações e acampamentos; ratificação presidencial imediata dos processos de desapropriação já concluídos;

6. Fim da recessão e retomada do crescimento econômico com ênfase na geração de postos de trabalho;

7. Apuração e punição dos escândalos de corrupção;

8. Democratização e transparência da gestão pública;

9. Democratização dos meios de comunicação; mudanças no sistema de outorga de concessões de rádio e televisão.

José Rocha Cunha

Assessor da Secretaria Sindical Nacional

Salário X Relações Trabalhistas?

A escolha de Walter Barelli para o Ministério do Trabalho já está produzindo pelo menos um efeito benéfico para as relações de trabalho no Brasil trazendo à luz, para o grande público, um assunto até então restrito a alguns setores do movimento sindical e do empresariado: o Contrato Coletivo de Trabalho.

Ponto programático da CUT e contando com simpatias entre sindicalistas de outras centrais e nos setores mais avançados do empresariado -- sobretudo do setor automobilístico, o Contrato Coletivo pretende estabelecer um sistema de relações de trabalho eficiente, transparente, democrático e eficaz, renegociado periodicamente, articulando cláusulas de alcance local, regional e nacional. Tal contrato seria negociado diretamente entre as partes, sem a intervenção da Justiça do Trabalho que poderia ter, no máximo, um papel de intermediadora.

Mal começou um processo de consultas aos diversos setores -- estabelecendo um prazo inicial de 60 dias para a acolhida de sugestões a respeito

-- o ministro já está recebendo sinais de que o tema não parece ser prioritário para boa parte do empresariado e nem conta com o apoio da Força Sindical. Luiz Antonio de Medeiros tem declarado à imprensa que a prioridade de sua Central é a recuperação salarial, contrapondo-a ao Contrato Coletivo, como se fossem coisas contraditórias. Na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a acolhida não foi melhor, uma vez que os empresários mais conservadores -- a começar pelo presidente da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira -- sabem que o instituto do Contrato Coletivo, que supõe uma maior organização sindical de base, acabará por alterar substancialmente as relações no interior de cada local de trabalho, coibindo abusos e elevando o grau de civilidade das relações trabalhistas no Brasil.

Se é verdade, então, que a disposição do ministro em ampliar a discussão em torno do tema significa um avanço no sentido da implantação do Contrato Coletivo no Brasil, é preciso considerar que ele somente será

factível se for um anseio consciente de trabalhadores e patrões e só significará um ganho real para a classe trabalhadora -- e não mais um arremedo de negociação trabalhista -- se ela estiver politicamente preparada para assumi-lo enquanto tal.

Infelizmente o que se vê é que esta consciência ainda está pouquíssimo enraizada mesmo nos setores mais avançados da liderança sindical (organizados na CUT) e é praticamente inexistente entre os trabalhadores não pertencentes a estes setores mais politizados. Para não falar das tendências que -- embora envergonhadamente -- posicionam-se contra o Contrato Coletivo por ver nele (eterno fantasma!) a encarnação do famigerado pacto social. É urgente, portanto, que tanto a CUT, quanto os sindicatos a ela filiados e os demais setores comprometidos com a luta dos trabalhadores assumam este debate, organizem publicações a respeito e tragam esta discussão para mais perto do trabalhador comum e de suas lideranças, sob pena de perdermos uma



grande oportunidade de dar um passo importante no sentido do avanço das relações trabalhistas em nosso país. De nossa parte, a Secretaria Sindical está capitalizando material e contraindo especialistas para a produção, em curto prazo, de uma publicação a respeito do Contrato Coletivo para os petistas. Depois de vários anos de obscurantismo no Ministério do Trabalho temos agora, ao menos, a oportunidade de discutir. Vamos a ela.

Se você quer ler a respeito do Contrato Coletivo, uma boa referência é o livro "Contrato Coletivo de Trabalho" de José Francisco Siqueira Neto, Editora LTR.

(JRC)

500 anos de resistência indígena, negra e popular

O deputado Tilden Santiago representou Lula no Ato da Campanha 500 Anos de Resistência, em Liverpool, Inglaterra

No mundo escolar a gente só ouvia falar em navegadores genoveses, em descobridores espanhóis e portugueses. Nossas cartilhas de História desconheciam Liverpool, um porto que se tornou o centro polarizador de transações comerciais volumosas para a época e intercontinentais. Durante vários séculos, os navios deixavam aquela cidade repletos de diferentes produtos -- sobretudo armas e pólvora -- descarregando na costa africana. Superlotados de negros escravos, comprados a preço de banana, atravessavam o Atlântico no rumo da América, especialmente do Caribe. Comercializada a hipervalorizada carga humana, as naus retornavam à Inglaterra, ao porto de Liverpool, levando melão, açúcar, bebidas, sobretudo rum. Os navios ingleses faziam nos mares o que hoje fazem caminhões pelas estradas: tentam viajar sempre carregados.

Essa realidade histórica levou a cidade de Liverpool a duas celebrações. Uma oficial, comemorando os 500 anos de descoberta e evangelização das Américas. Outra contestadora, alternativa, dando ênfase ao aspecto de conquista e exploração da América, celebração que se transformou numa verdadeira **Campanha dos 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular**. Naturalmente, foi da segunda que participei representando o Partido dos Trabalhadores, o companheiro Lula e o Secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia.

Um ato cívico reuniu mais de dois mil ingleses, irlandeses e estu-

dantes de outras nações. A lista de oradores mostra que a África, a América Latina e o Caribe estavam bem presentes. Pelo Haiti, o presidente deposto Jean Bertrand Aristides. Por El Salvador, a Comandante do FMLN Ana Guadalupe Martínez. Pela Guatemala, Rigoberta Menchú, neta dos Maia, indicada Prêmio Nobel da Paz. Por Cuba, Claudio Ramos do PC Cubano. Pela Nicarágua, Francisco Campbell, ex-embaixador nos EUA e no Zimbábue, representando Daniel Ortega. Pela Colômbia, Gabriel Muiyuy, da NOIPC, Organização

um, desembocando numa grande plenária.

O Encontro denunciou com firmeza o extermínio dos povos latino-americanos que aqui fizeram história antes da chegada dos conquistadores e a rapina de nossas riquezas. Não houve descoberta nem encontro de

preciosos. Hoje é a canalização do dinheiro, do capital para os mesmos centros dominadores, ampliando cada vez mais a dívida externa da periferia.

É inegável o paralelo entre o colonialismo e o neoliberalismo. A mesma lógica do passado continua presente: atender as necessidades, os interesses dos centros hegemônicos acumulando problemas para os dominados da periferia. Daí a necessidade de um projeto alternativo ao neo-liberalismo na América latina e no mundo, projeto que leve em conta as raízes históricas da dominação e exploração continentais.

A **Campanha dos 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular** é organizada e sustentada por Comitês de Solidariedade dos ingleses a vários países latinoamericanos e por entidades ligadas à Defesa dos Direitos Humanos.

Após as celebrações em Liverpool, realizamos, em Londres, um Seminário sobre a Integração Continental Latino-Americana e Caribenha. Duas polêmicas continuam dando vida aos debates: se nos preocupamos desde agora com "questões extracontinentais" que podem nos dividir e sobre as quais não temos acúmulo e a eventual emergência de uma nova Internacional.

Em Liverpool, sentimos, na própria terra dos Beatles, que "o sonho não acabou". A jornada encerrou-se com uma grande festa popular embaçada pelo reggae outros ritmos africanos. Em Londres, concluímos nossos trabalhos visitando, no Highgate Cemetery, o mausoléu de Karl Marx, onde se deixou esculpido na pedra aquele apelo universal: "workers of all lands -- unite". Trabalhadores do mundo inteiro -- uní-vos.

Deputado Tilden Santiago/MG



Nacional dos Povos Indígenas da Colômbia. Pela África do Sul, Moses Mayeriso, secretário geral do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da África do Sul (NUMSA) e membro do CNA, Congresso Nacional Africano. Pela Guiana, Lal Singh, do PPP - Partido Progressista do Povo. Além do Ato Cívico, vários painéis reuniram de 200 a 300 pessoas, cada

povos. Houve sim, conquista e exploração, de diferentes formas, ao longo dos anos, de nossos recursos naturais, pelos brancos europeus. Antes de ser sinônimo de **resistência**, os 500 anos são sinônimo de **migração**. Migração dos povos indo-americanos, migração de povos africanos e posteriormente de europeus e asiáticos.

Durante os 500 anos, a lógica é uma só: fluxo de riquezas da periferia para os centros hegemônicos do planeta. Ontem, através dos metais

Mensagens

Missão na Colômbia

ENVIADAS

Ao presidente do Partido Socialista Alemão,
Bjorn Engholm

Em nome da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, hoje reunida, queremos transmitir nosso profundo pesar pela morte de Willy Brandt.

Com a morte de Brandt, o mundo perde um combatente antifascista e o estadista que dedicou grandes esforços pela causa da paz e dos países da Ásia, África e América latina que lutaram e lutam por uma emancipação econômica, política e social.

Recordamos com emoção a atenção que ele sempre teve com o Partido dos Trabalhadores nos múltiplos encontros que mantivemos.

Recebam nosso sentido abraço.

Luis Inácio Lula da Silva
Presidente do Partido dos Trabalhadores

Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações Internacionais

Também foram enviadas mensagens de pesar pelo falecimento de Willy Brandt ao presidente da Internacional Socialista, Pierre Mauroy, e ao presidente do Friedrich Ebert Stiftung, Holger Boerner.

A Rigoberta Menchú

Em nome do Partido dos Trabalhadores, e no meu próprio, quero manifestar-lhe que foi com grande emoção que recebemos a notícia do merecido prêmio que lhe foi outorgado.

No ano do 5º Centenário, este prêmio adquire uma significação muito especial de reconhecimento, na sua pessoa, da luta de resistência de nossos povos contra a opressão e a miséria.

Espero que a outorga do Prêmio Nobel se constitua em uma contribuição importante para apressar o processo de paz na Guatemala.

Luis Inácio Lula da Silva
Presidente do Partido dos Trabalhadores

RECEBIDAS

Ao Presidente do Partido dos Trabalhadores
Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Quero fazer chegar a você, e, por seu intermédio, a todos os membros do Partido dos Trabalhadores e ao povo do Brasil, em nome dos companheiros e amigos do Partido da Revolução Democrática e em meu próprio nome, nossas mais cordiais felicitações pelo tão importante triunfo popular que significou a decisão de julgar, por corrupção, o mais alto funcionário da República, hoje presidente afastado de suas funções, Fernando Collor de Mello.

É de grande valor, para o mundo e, particularmente, para o México, o exemplo que os legítimos representantes do povo brasileiro nos deram de correto funcionamento das leis e das instituições republicanas, fazendo prevalecer valores como a honra e a verdade, que são os que mantêm as relações sociais frutíferas e construtivas.

Espero que a este se sigam muitos outros êxitos

Cuauhtemoc Cardenas
Presidente del Partido de la Revolucion Democrática

O PT recebeu várias mensagens parabenizando o Partido e a nação pela instalação do processo de impeachment do presidente Collor.

Abaixo relacionamos as entidades que enviaram mensagens:

Partido Democrático della Sinistra, Partido Comunista Portugues, Partido Socialista del Uruguay, Frente Farabundo Marti para la Liberacion Nacional, Izquierda Unida - Espanha, Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), Câmara de Representantes de Montevideo e Sinistra Giovanile.

O deputado Agostinho Valente representou o PT numa Missão dos Partidos do Foro de São Paulo, na Colômbia

A primeira inquietação que tive na Colômbia foi saber com quem está o poder. Com o Governo? Com a extrema (e ostensiva) direita? Com quem resiste (esquerda, centro)? Com a imensa indiferença do povo, que insiste em abster-se nas eleições?

Como é certo que todos têm mando. Mas quem comanda?

Essa me parece a impressão superficial mais importante.

País muito parecido com o Brasil em todas as suas escalas, no entanto, parece ser o Brasil às avessas. Aliás, o "efeito orloff", que reivindicamos junto à Argentina melhor se aplicaria se nos comparassem à Colômbia. Ouseja, a pendurar o neo-liberalismo collarido, de futuro, sem dúvida, seremos o que é a Colômbia hoje, com seus maiores problemas, beirando a insolubilidade política.

A Colômbia vem de uma desmobilização guerrilheira e de um processo constituinte (1990/1991). Deu-se início a um processo de reinserção dos desmobilizados, etc., mas a faxina institucional esqueceu-se da causa que dá origem à crise política colombiana (fome, miséria, submissão internacional, etc.) e "sin embargo" do neo-civismo, surgido da desmobilização e

do processo constituinte, tudo continua com d'antes no quartel de Abrantes.

Aliás, a Colômbia é algo parecido com o final do período Medici e início do período Geisel. Aquele tipo de democracia. Só que com uma cifra de mortos e desaparecimentos só comparados com as do período Videla, na Argentina, nas décadas de 70/80.

As cifras de mortos e desaparecidos são contabilizadas com a maior hipocrisia pelas autoridades do governo. Muitas fases do acordo para a desmobilização não foram cumpridas, o que permite a extrema-direita agir como bem quer em todo país - e evidentemente intimidando e peitando a justiça, fazendo mesmo que a "justiça sin rostro" (criada para julgar crimes do narcotráfico) se volte contra ex-combatentes como tribunal de exceção.

Mata-se impunemente na Colômbia. O Governo mata; os "cartéis" do narcotráfico matam; a guerrilha mata (inclusive entre si) e a delinquência comum. Os homens que estão em postos diferentes do Governo são de uma hipocrisia a toda prova.

O Conselheiro para os direitos humanos, parece saído das páginas de um Gabriel Garcia Marques ou de um Vargas Llosa. Mãos suando. Cara afundada em um relatório que acabou nos passando cópia ao final da audiência. Nos disse que as coisas na Colômbia já foram piores. Não é Conselheiro do Governo, a meu ver. É Ministro da direita sinistra. Em matéria de mediocridade, no Brasil não tem paralelo nem no tempo da ditadura.

O Conselheiro da Paz é melhor. Sabe o que está fazendo. Conhece a história da Colômbia por todas as faces. Mantém, mesmo com o clima de guerra, diálogo com os remanescentes da guerrilha. Deu-me impressão de que, se o Governo Gavéria fosse mais enérgico na condução do combate ao "genocídio colombiano", teria mais a contribuir.

O Ministro de Governo, Dr. Humberto de la Calle, é digno de um tribunal "Bertrand Russel". Pôs sobre a mesa uma pesquisa que diz que a população é favorável a que o governo enfrente a guerrilha remanescente. Criticou "setores" que dificultam a abertura. Cinicamente, reconhece que o governo viola os Direitos Humanos. Observação: eu vi na imprensa local (El Tiempo) "una encuesta" que desacredita o governo Gavéria em 70% junto à opinião pública. Dizer que este senhor Humberto de la Calle cuida dos negócios da Colômbia, como se ela fosse uma empreiteira, é elogiar-lo. Um Golbery de papel-machê. O presidente da República recusou a receber a Missão.

O grupo de deputados que representou a Missão fará um relato sobre a visita à Colômbia, após o 1º turno das eleições brasileiras, relato esse que, diante da "libanização" que caminha a Colômbia, certamente informará ao Foro de São Paulo da necessidade de tornar uma questão internacional a violência - em toda a sua extensão - localizada na Colômbia

Agostinho Valente
Deputado Federal/MG

FORO DE SÃO PAULO

Em 16 e 17 de outubro, Marco Aurélio Garcia e José Dirceu participaram da Reunião do Grupo do Foro de São Paulo, em Montevideo, Uruguai. Participaram, também, delegados do PRD de México, da FSLN de Nicarágua, da URNG de Guatemala,

do PC de Cuba, Esquerda Peruana, MBL de Bolívia e do grupo de partidos da Frente Ampla de Uruguai.

Foi realizado um balanço do recente III Encontro do Foro em Manágua, foram discutidos problemas organizativos e encaminhadas ta-

refas derivadas dos acordos adotados.

A declaração e resoluções desta reunião estão à disposição de todos os companheiros na Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional.

As marcas do Impeachment

A mobilização que despertou a sociedade, a partir das provas reunidas pela CPI contra Collor e PC, trouxe a cada um de nós a pergunta: o que será o Brasil depois de Collor?

As lições desse projeto são muitas, tanto para a sociedade como para os políticos. Uma certeza concluímos, a democracia é o governo das leis, que ninguém pode exorbitar do poder e que os governantes devem satisfações de seus atos aos governados. Esta é uma lição antiga, mas parece que todos nós tínhamos esquecido ou muitos de nós nem a conhecíamos. "Governada por uma sociedade predatória, que utiliza os recursos públicos para fins privados, a sociedade descobre que o nosso processo político é extremamente perverso" (palavras de José Genoíno).

O movimento pela ética na política, que levou milhares de pessoas às ruas em todo o país, não exigia somente o *Impeachment* de Collor, mas também o fim dessa maneira deturpada e perversa de conduzir a política no Brasil. Podemos dizer que, se confirmado pelo Senado Federal o impedimento de Collor em governar o país, o Brasil estará inaugurando uma página inusitada da história da América Latina, tão acostumada a ver presidentes serem depostos por regimes militares, renunciarem ou simplesmente serem assassinados. Teremos um presidente afastado com os ritos constitucionais mas, fundamentalmente, pelo vigoroso movimento civil que tomou conta das ruas.

A sociedade brasileira vive hoje problemas sociais de todo o tipo. Do desemprego, que despeja nas ruas das cidades milhares de camelôs e empurra a economia informal a limites inimagináveis, à situação dos aposentados, punidos nas imensas filas e nos mingados benefícios. Crianças perambulando pelas praças e ruas, sem teto, e famílias doentes, morrendo nas filas dos hospitais, violência nas ruas e prisões gerando estatísticas que permitem comparar o Brasil a um país em guerra civil não declarada.

É este o país deixado por Collor à Itamar. Com um dos mais baixos pisos salariais, que lidera os índices de mortalidade infantil e com uma galeria de ex-ministros e auxiliares do presidente que, junto com ele, respondem a um processo, onde são acusados de corrupção. Devolver a dignidade e seriedade ao cargo é o mínimo que podemos esperar do Vice Itamar.

As tensões que, neste momento, recaem sobre a vida política nacional têm em comum o fato de que todas estão inscritas em um contexto demo-

crático. São tensões próprias de uma sociedade que começa a amadurecer a democracia. Não aquela democracia das palavras, mas esta vivida pela sociedade que vai às ruas exigir dignidade e honestidade de seus dirigentes.

Podemos dizer que a sociedade brasileira não será mais a mesma depois deste processo deflagrado pela CPI. A tendência mais visível é a maior participação da sociedade nas atividades políticas e na gestão da coisa pública. O inverso desta tendência é a apatia e o descrédito na política e nas instituições, uma tendência que pode estar confirmada na grande quantidade de votos brancos e nulos depositados nas urnas no dia 3 de outubro.

A intensificação da presença da sociedade na política e o conseqüente crescimento da consciência da população após esse processo, certamente provocarão grandes alterações na vida do país. É bem provável que esteja com seus dias contados a maneira fisiológica, populista e demagógica com que muitos ainda exercem a prática da política. A sociedade que resistiu ao regime militar, que foi às ruas exigir anistias, que se mobilizou pela s diretas em 84, que fez das eleições de 89 a mais disputada em nossa história e que, agora, retornou às ruas para o "Fora Collor" -- esta sociedade está querendo construir um novo país. Um país centrado na democracia, na liberdade, na igualdade de oportunidade e no respeito às diferenças individuais. Um país sem miséria, com justiça social e econômica e com ética na atividade política. Sem corrupção e sem Collor.

Nós, os cidadãos de todos os tipos, com camisa, de ternos, sem camisas, descobrimos com a CPI que fomos atingidos em nossa dignidade. Collor e seu bando nos revelaram o que já sabíamos: as elites brasileiras sempre nos trataram como um detalhe. "O povo brasileiro é um detalhe". Lembremos da famosa frase da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, justificando o Plano Collor, decidido em uma mesa de jogo, entre amigos.

Chegou a hora de mostrarmos novamente que não somos e nem queremos ser um detalhe nesta peça. De espectadores a atores, da platéia ao palco, os caminhos que a sociedade vai percorrer agora dependem, fundamentalmente, de nós, seus cidadãos. A incerteza se instaurou, tomando as elites, em particular do bloco de forças que se armou como o suporte de Collor, o virtual monopólio de iniciativas que pareciam deter. Diferentemente do que se pensa, a incerteza abre espaço para todos os atores sociais e, portanto, para que se aprofunde a democracia.

Esse impulso que nos leva a agir e a intervir, deve vir contendo valores e significados novos, com propostas e projetos que, ao mesmo tempo, reconstruam a esfera pública, promovam reformas políticas e apontem soluções democráticas para a crise econômica e de Estado em que vivemos. Neste sentido, a nossa consciência cívica precisa realizar um esforço adicional de compreensão das possibilidades do momento, uma análise que desemboque em projetos alternativos e mobilizadores da cidadania.

A crise política e suas soluções dependem, sem dúvidas, da movimentação e desempenho dos diferentes atores em cena. As dificuldades de solução para a crise Collor reside no fato de que, com ela, se repõe, plenamente, os dados da crise mais ampla em que se debate a sociedade brasileira. Trata-se de uma crise de hegemonia no sentido literal: nenhuma força ou bloco de forças forjou, plenamente, um tal projeto. Os projetos estão sendo elaborados na própria luta política.

Que embate é este afinal? Nesta conjuntura de desagregação do arranjo com Collor, quais alternativas se abrem? Será que nossa sina é viver esta crise por mais tempo?

A possibilidade de alternativas surgirá da simbiose entre os líderes das forças democrático-populares e a sociedade civil, organizada em partidos, movimentos, sindicatos, comunidades de base, igrejas, ONGs. Para isso, é necessário senso de oportunidade e de risco, vontade, além de capacidade analítica. O que é possível, quando se quer.

(Este texto foi composto a partir de fragmentos de publicações de PG - IBASE e artigo de José Genoíno - deputado federal/PT).

Reproduzimos este artigo com objetivo de estar contribuindo para a reflexão deste momento tão complicado e tão rico de nossa história. Leve esta discussão para o seu núcleo, faça um levantamento de como cada um está se sentindo depois de participar das mobilizações pelo *Impeachment* e escreva para nós.

Seis meses para decidir

No dia 21 de abril de 1993, os brasileiros vão votar: monarquia ou república? parlamentarismo ou presidencialismo? O Diretório Nacional já tomou uma posição *indicativa* a favor do parlamentarismo como sistema de governo. Além de *indicativa*, trata-se de uma posição em princípio. Ou seja, se ficar claro que o parlamentarismo será implantado sem reformas democráticas que eliminem as distorções do sistema político e eleitoral brasileiro, o PT pode -- mesmo sendo parlamentarista -- optar pelo voto no presidencialismo.

De qualquer maneira, a posição da direção terá que ser confirmada (ou

não) pelo conjunto do partido: a mesma reunião que optou pelo parlamentarismo decidiu também realizar um plebiscito interno sobre a questão.

É freqüente achar quem defenda, com veemência, que este ou aquele sistema de governo é, por definição, mais *democrático*. Discutir modelos em tese é necessário, mas é preciso considerar outros aspectos da questão.

Em primeiro lugar, trata-se de levar em conta a experiência recente, em que o parlamentarismo foi utilizado pelas elites como válvula de escape para crises políticas (foi assim quando Jânio renunciou, por exem-

plo). É preciso, portanto, levar em conta qual o desdobramento concreto deste ou daquele sistema de governo, na conjuntura em que a decisão será adotada.

Em segundo lugar, é preciso considerar que o sistema eleitoral brasileiro possui distorções que têm colaborado para a predominância conservadora no parlamento (por exemplo, a representação dos estados no Congresso Nacional não é proporcional ao seu eleitorado).

A adoção do parlamentarismo, sem a eliminação daquelas distorções, pode resultar numa redução artificial do peso institucional das esquerdas.

Aliás, a esquerda geralmente possui um melhor desempenho nas eleições majoritárias.

Eliminar as distorções do sistema eleitoral não é nosso único objetivo: queremos realizar um conjunto de reformas democráticas, sem as quais a opção pelo parlamentarismo ou presidencialismo pode significar "niente" em termos de democratização: o monopólio dos meios de comunicação, a existência do Senado etc.

Além disso, é preciso levar em conta a política desenvolvida pelo PT nos últimos anos, que busca construir uma vitória nas eleições presidenciais de 1994. É evidente que um "feliz 94" não casa fácil com uma opção parlamentarista. Assim, caso o PT esteja disposto a sustentar, no plebiscito, a posição adotada pela direção nacional, é preciso operar uma alteração na nossa política de curto e médio prazo. Entre outras coisas, teremos que conferir maior destaque à negociação político-programática, considerar a possibilidade de participar minoritariamente em governos de coalizão

e aceitar que serão consideravelmente adiadas as reformas que pretendemos implantar no país.

Por fim, sugere-se não desconsiderar a visão que o povo possui dos congressistas. Se os setores mais politizados consideram necessário e inclusive mais democrático o jogo parlamentar, o povo tem um visão depreciativa acerca. Por outro lado, não deixará de ser irônico se os partidos de esquerda decidirem defender, depois de mais de vinte anos de ditadura e colégios eleitorais, e após uma eleição direta onde o candidato conservador venceu através de uma fraude (*de fato*, ainda que não necessariamente de direito), um sistema onde o povo deixará de eleger, diretamente, o chefe de governo.

Por isso tudo, vale a pena discutir com cautela a posição do PT. Em tempo, e para que não restem dúvidas nem fiquem mal-entendidos: o autor destas linhas é presidencialista. Não como princípio, mas pelas circuns-tâncias.

Valter Pomar

Modelos em profusão

Das grandes potências, só os Estados Unidos é presidencialista. Inglaterra, Japão, França, Alemanha e Itália são parlamentaristas -- sendo que os dois primeiros combinam parlamentarismo com monarquia, enquanto a França possui um presidente extremamente forte. Nos países do falecido socialismo real, o sistema predominante também era o parlamentarismo.

Os teóricos do parlamentarismo geralmente elencam características desse sistema: separação das figuras do Chefe de Estado e chefe de governo; um governo

submetido ao controle direto do parlamentarismo; a convocação de novas eleições, toda vez que se instalar um impasse institucional.

No parlamentarismo, os partidos políticos assumem uma importância decisiva, sendo comum o sistema de eleição por listas (ou seja, o eleitor vota na lista partidária, não no candidato). É generalizado também o sistema de voto distrital, segundo o qual é eleito o parlamentar mais votado no distrito (o que pode provocar, como acontece na Inglaterra, vitórias de quem teve a maioria dos votos).

OPÇÕES EM VÍDEO PARA QUEM NÃO ASSISTE CALADO



1, 2 ou 3
fitas de 60'

Além dos vídeos acima você também pode pedir:
Programa Nacional do PT
10 Anos de PT - Governo Paralelo
Nicarágua, entre a Guerra e o Sonho
Balbina, Marco da Destruição
Verde Verdade: o assassinato de Chico Mendes, sua luta na floresta, até os lances finais do julgamento.

Esses vídeos você não encontra na sua locadora, eles abordam temas que registram a vida dos trabalhadores e da sociedade através da lente crítica e transformadora da esquerda brasileira. São vídeos para quem discute, entende e muda a história. Você pode adquiri-los, ligando para **Cajá distribuidora**, que enviaremos para qualquer lugar do Brasil.

informações e pedidos

distribuidora
CAJÁ
livraria e editora

AV. DR. ARNALDO, 128 - CONSOLAÇÃO
CEP 01246-000 - SÃO PAULO - SP

fone/fax (011) 259-8386

A juventude retoma as ruas...

O Brasil viveu um dos momentos mais importantes e significativos de sua história, quando assistimos o desfecho de uma crise política, fruto da falência do projeto de sociedade que o governo Collor tentou implementar. Projeto este, responsável pela falta de perspectiva da juventude quanto ao seu papel a desempenhar na sociedade.

As mobilizações pelo impeachment de Collor, a luta pela ética na política, demonstrou que ainda, frente à desilusão e o ceticismo, é possível sonhar com um Brasil diferente.

Com participação decisiva nestas manifestações, recuperando o seu espírito rebelde e inquieto, a juventude demonstrou, ao contrário do que se crê, que não é o futuro, mas sim o presente e que está disposta a construir o seu futuro.

Os estudantes saíram às ruas nas manifestações organizadas pela UNE e UBES e retomaram a credibilidade para estas entidades perante a sociedade. O grande desafio, hoje, é canalizar esta disposição em constituir-se enquanto sujeitos de sua própria história em uma participação organizada e efetiva na definição dos rumos deste país.

Tal desafio tem como obstáculo o projeto esboçado pelos meios de comunicação, que procura canalizar e reduzir tal disposição a meros modismos e reformas de costumes, mantendo inabaladas as estruturas da ordem vigente no país.

Dentro deste quadro, cabe, hoje, às entidades de representação da juventude, em especial UNE e UBES, a tarefa de constituírem-se em canalizadoras dos anseios da juventude, sendo que para tanto há a necessidade urgente destas entidades adequarem-se ao perfil do jovem atual, reestruturando-se e democratizando-se afim de possibilitar a real participação e discussão das questões que afetam o cotidiano dos jovens de hoje tais como: primeiro emprego, cultura, arte, esportes, educação, meio ambiente, política, ou mesmo a violência, o sexo, as drogas etc.

A preocupação que possuíamos nos anos 80 -- como disse Cazuzu --

era transformar o tédio em melodia, podemos dizer que agora é necessário transformar esta melodia em organização, nas mais diferentes formas.

E quer maior participação no partido

Sabemos que a juventude desempenhou um papel fundamental nas mobilizações pró-impeachment do presidente Collor. Cabe, agora, uma análise mais ampla sobre os reflexos disto para o PT -- já que a grande maioria dos jovens brasileiros não tem no PT um referencial de alternativa de poder para este país. Assim, vale perguntar: qual foi o resultado deste processo no que se refere a uma intervenção mais consistente do PT junto à juventude, ou mesmo, quanto a uma participação

mais efetiva da juventude no PT, no sentido de promover maior organicidade da juventude petista?

Acreditamos que foi um resultado muito reduzido, porque, a exemplo do que observamos na campanha das diretas, em 1984, e nas eleições presidenciais, em 1989, o PT não conseguiu apresentar um projeto específico para a juventude e tampouco conseguiu aglutinar os jovens simpatizantes do Partido de modo a inseri-los na vida partidária. Entendemos que muito disto

deve-se ao fato de o PT não possuir estrutura (no que se refere ao trabalho com a juventude) capaz de atender as demandas do jovem atual. Também podemos afirmar que este problema é fruto de uma concepção onde se crê que a dominação da burguesia se dá somente na relação **capital X trabalho**, esquecendo-se de outros métodos de dominação, tais como a intrusão na sociedade de uma moral burguesa, uma cultura elitista, discriminatória e, sobretudo, uma pseudo-ética.

Um partido como o PT, que pretende ganhar a presidência da República, construir uma nova hegemonia neste país e, sobretudo, inverter a ordem estabelecida, precisa ter uma atuação nas mais variadas frentes. Precisa aprender a lição que o Leste Europeu nos legou e que Frei Beto sintetizou tão bem na frase: "Não basta somente saciar a fome de pão dos homens, é necessário e fundamental saciar a sua fome de beleza".

Sendo assim, entendemos que, a exemplo das entidades de representação da juventude, também o PT deve voltar-se para uma ampla discussão afim de estruturar-se de maneira a possibilitar a participação efetiva do jovem na elaboração de um projeto petista para a juventude, sob pena de, não o fazendo, cair no erro de tornar-se um partido velho.

Fabiano Pereira
Secretário Geral da UBES
Jefferson M de Oliveira
Tesoureiro da UNE

